

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA

LEI Nº 894/2002

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para 2003 e dá outras providências.

Ailton Laudelino Andrade, Prefeito Municipal de Angelina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e sancionou a seguinte lei:

Art. 1º - O Orçamento do Município de Angelina, para o exercício de 2003, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I – as metas fiscais;
- II – as prioridades e metas da administração municipal extraídas do Plano Plurianual 2002/2005;
- III – a estrutura dos orçamentos;
- IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município;
- V – as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI – as disposições sobre despesas com pessoal;
- VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VIII – as disposições gerais.

I – DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2003 a 2005, de que trata o Art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, estão identificadas no **ANEXO I** desta lei.

Art. 3º - É facultado ao Poder Executivo, até o exercício de 2005, conforme previsto no art. 63 da Lei Complementar 101/2000, o desdobramento das metas fiscais em metas quadrimestrais, sua demonstração e avaliação do seu cumprimento em audiência pública na forma estabelecido no art. 9º, § 4º da mesma lei.

II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 4º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2003, são aquelas definidas e demonstradas no **ANEXO II** desta lei. (ART. 165, § ° da CF).

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2003 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas no **ANEXO II** desta lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2003, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas no Anexo II, a fim de compatibilizar a despesa orçada á receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III – DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - O orçamento para o exercício financeiro de 2003 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Autarquias, Fundações e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Art. 6º - A Lei Orçamentária para 2003 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aquelas vinculadas a fundos e aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, no mínimo por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com a Portaria Interministerial nº 163/2001 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo 2, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo 3, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo 3, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 08/85);

X – Planilha de apresentação da Despesa por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamentos;

XI – Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII – Demonstrativo das Renúncias de Receitas e Estimativa do seu Impacto Orçamentário-Financeiro, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF)

XIII – Demonstrativo das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado que serão geradas em 2003 com indicação das medidas de compensação. Art. 5º, II da LRF)

XIV – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV – Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais, Investimentos das empresas e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF)

XVI – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF)

XVII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2003. (Art. 5º, III)

XVIII – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF)

XIX – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previsto para o exercício de 2003. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF)

§ 1º - Os Orçamentos das Autarquias e Fundações (e Fundos para quem os considera Unidade Gestora) que acompanham o Orçamento Geral do Município, evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

§ 2º - Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

Art. 7º - A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I – Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

II – Quadro Demonstrativo dos Tributos Lançados e Não Arrecadados de 1997 a 2001, identificando o estoque da Dívida Ativa; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

III – Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa a Nível de Função e Grupo de Natureza, dos exercícios de 1997 a 2001 e fixada para 2002 e 2003. (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

IV – Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

V – Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2001 a 2003; (Art. 20, 71 e 48 da LRF)

VI – Quadro Demonstrativo das Despesas com Serviços de Terceiros e seu Percentual de Comprometimento das Receitas Correntes Líquidas, de 1999 e 2003; (Art. 72 da LRF)

VII – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Vinculados a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino; (Art. 212 da CF e 60 dos ADCT)

VIII – Demonstrativo dos Recursos Vinculados a Ações Públicas de Saúde; (Art. 77 dos ADCT)

IX – Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 31/10/2002; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

X – Quadro Demonstrativo do Saldo da Dívida Fundada por Contrato, com identificação dos credores, em 2001, 2002 e 2003; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 8º - Os Orçamentos para o exercício de 2003 obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas **em cada fonte**, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias, Fundações e seus Fundos.(ART. 1º, § 1º, 4º, I, “a” e 48 da LRF).

Art. 9º - Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita das Unidades Gestoras em que estiverem vinculados, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 6º, X desta lei.

§ 1º – Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º - A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

Art. 10 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2003 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF)

Parágrafo Único – Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF)

Art. 11 - Se a receita estimada para 2003, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar do Executivo Municipal a sua alteração, se for o caso, e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 12 – Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, **facultativamente até o exercício de 2005**, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as seguintes dotações abaixo: (ART. 9º da LRF)

I – Projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;

II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura.

Art. 13 – As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, em relação a Receita Corrente Líquida, programadas para 2003, poderão ser expandidas até 12%, tomando-se por base a mesma relação apurada no orçamento para 2002, conforme demonstrado no Anexo I desta Lei. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 14 – Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do **ANEXO III** desta Lei. (ART. 4º, § 3º da LRF)

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2002.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 15 – Os orçamentos para o exercício de 2003 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 3% (três por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício. (ART. 5º, III da LRF)

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º. (Art. 5º, III, “b” da LRF)

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2003, poderão ser

utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações insuficientes.

Art. 16 – Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 17 – O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, se for o caso. (ART. 8º da LRF)

Art. 18 – Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2003 com dotações vinculadas a recursos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF)

§ 1º – Os recursos vinculados previstos no orçamento da receita, oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito e alienação de bens, não serão considerados na apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei 4.320/64 para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF)

§ 2º - Os recursos oriundos de transferências voluntárias não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF)

Art. 19 – A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2003, constantes do **ANEXO I** desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (ART. 4º, § 2º, V e ART. 14, I da LRF)

Art. 20 – A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica.(ART. 4º, I, “f” e 26 da LRF).

Parágrafo Único – As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF)

Art. 21 – Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da Lei de Complementar 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os atos da licitação da sua dispensa inexigibilidade.

Parágrafo Único – Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante num exercício financeiro não exceda ao valor para dispensa de licitação, fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93 devidamente atualizado. (ART. 16, § 3º da LRF)

Art. 22 – As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (ART. 45 da LRF)

Parágrafo único – As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público estão demonstrados no **ANEXO IV** desta lei. (Art. 45, parágrafo único da LRF)

Art. 23 – Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (ART. 62 da LRF)

Art. 24 – A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2003 a preços correntes.

Art. 25 – A lei orçamentária para 2003 poderá autorizar o Executivo Municipal a remanejar, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, o saldo das dotações dos grupos de natureza ou elementos de despesa que o compõem. (Art. 167, VI)

Art. 26 – Durante a execução orçamentária de 2003, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2003. (Art. 167, I da CF)

Art. 27 – O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os custos dos serviços, tais como: custo dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, etc. (Art. 4º, I, “e” da LRF)

Parágrafo Único – Os custos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, “e” da LRF)

Art. 28 – Os programas priorizados por esta lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2003 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, “e” da LRF)

V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 29 – A Lei Orçamentária de 2003 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF)

Art. 30 – A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF)

Art. 31 – Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 28 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 11 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF)

VI– DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 32 – O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2003, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF)

Parágrafo único – Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2003.

Art. 33 – Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37, da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2003, Executivo e Legislativo, não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, a

despesa verificada no exercício de 2002, acrescida de até 10% (dez por cento), obedecido os limites prudenciais de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente. (ART. 71 da LRF)

Art. 34 – Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 22, § único, V da LRF)

Art. 35 – O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 19 e 20 da LRF)

- I** – eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II** – eliminação das despesas com horas extras.
- III** – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV** – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 36 – Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Angelina, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único – Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o “34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização”.

VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 37 – O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios serem considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes. (ART. 14 da LRF)

Art. 38– Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 14, § 3º da LRF)

Art. 39 – O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação. (Art. 14, § 2º da LRF)

VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40 – O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2002.

§ 1º – A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “Caput” deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2003, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2002, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos e a meta de resultado primário.

Art. 41 – Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 42 – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Angelina/SC, 25 de novembro de 2002.

Ailton Laudelino Andrade
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

R\$ 1.000,00									
ANEXO DE METAS FISCAIS - Art. 4º, § 1º da LRF									
ESPECIFICAÇÃO				METAS ANUAIS					
				2003		2004		2005	
				VALOR		VALOR		VALOR	
				Corrente	Constante	Corrente	Constante	Corrente	Constante
1. RECEITA				4.898	4.639	5.245	4.678	5.821	5.192
2. DESPESA				4.548	4.307	4.462	4.015	4.952	4.326
3. RESULTADO PRIMÁRIO				253	244	660	600	822	775
4. RESULTADO NOMINAL				-69	-63	-125	-105	-135	-112
5. MONTANTE DA DÍVIDA				136	127	96	86	115	98

Anexo I.1

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR - Art.4º, § 2º, I da LRF									
ESPECIFICAÇÃO				METAS PREVISTAS PARA 2001		METAS REALIZADAS EM 2001		VARIAÇÃO	
								VALOR	%
1. RECEITA				3.172		3.245		73	2,3
2. DESPESA				3.091		2.754		-377	-10,90
3. RESULTADO PRIMÁRIO				185		407		222	120,00
4. RESULTADO NOMINAL				-10		-294		-284	2.840,00
5. MONTANTE DA DÍVIDA				100		zero		-100	-100
NOTAS DE AVALIAÇÃO:									
1. RECEITA:		Alcançou a meta prevista.							
2. DESPESA		Não alcançou a meta prevista: para ajustar-se ao fluxo de caixa; necessidade de produzir economia orçamentária para pagamento dos restos a pagar de 2000 e estabelecimento do equilíbrio de caixa.							
3. RESULTADO PRIMÁRIO:		Ultrapassou a meta prevista em 120%, devido a economia orçamentária realizada no exercício para pagamento dos restos a pagar do exercício de 2000.							
4. RESULTADO NOMINAL:		Ultrapassou a meta prevista em 2.840,00% em razão da não realização da operação de crédito programado, liquidação de toda dívida de longo prazo, restabelecimento do equilíbrio de caixa encerrando o exercício com superávit financeiro expressivo, motivado pela acumulação de recursos no Instituto de Previdência.							
5. MONTANTE DA DÍVIDA:		Não alcançou a meta prevista em razão da não realização das operações de crédito programadas.							

Anexo I.2

COMPARATIVO DAS METAS FISCAIS FIXADAS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS - Art. 4º, § 2º, II da LRF									
ESPECIFICAÇÃO		2000	2001	%	2002	%	2003	%	
1. RECEITA		2.790	3.172	13,6	3.903	23,5	4.898	25,4	
2. DESPESA		2.736	3.041	11,1	3.648	19,9	4.548	24,6	
3. RESULTADO PRIMÁRIO		110	185	68,1	185	0	253	36,7	
4. RESULTADO NOMINAL		-99	-10	-990,0	-10	0,0	-69	-690,0	
5. MONTANTE DA DÍVIDA		105	100	5	100	0,0	100	0	

Anexo I.2.1

META FISCAL DE RECEITA – LDO PARA 2003

Art. 4º, § 2º, II da LRF

UNIDADE GESTORA : PREFEITURA MUNICIPAL

R\$1,00

RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS - ANEXO 2 DA LEI 4.320/64		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	2.727.350,00
1100.00.00	Receita Tributária	144.500,00
1110.00.00	Impostos	74.000,00
1112.00.00	Imposto sobre o Patrimônio e a Renda	56.000,00
1112.02.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	32.000,00
1112.04.00	Imposto s/a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	24.000,00
1112.04.31	IRRF sobre os Rendimentos do Trabalho	23.000,00
1112.04.34	IRRF sobre Outros Rendimentos	1.000,00
1112.08.00	Imposto sobre a Transmissão "Inter Vivos" de bens	
	Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	18.000,00
1113.00.00	Imposto sobre a Produção e Circulação	18.000,00
1113.05.00	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	18.000,00
1120.00.00	Taxas	70.500,00
1121.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	24.500,00
1121.25.00	Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos	
	Comerciais, Industriais e Prestadoras de Serviços	23.500,00
1121.29.00	Taxa de Licença para Execução de Obras	1.000,00
1122.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	46.000,00
1122.05.00	Taxa de Coleta de Lixo	5.000,00
1122.28.00	Taxa de Cemitérios	1.000,00
1122.91.00	Taxa de Iluminação Pública	40.000,00
1200.00.00	Receita de Contribuições	11.000,00
1210.00.00	Contribuições Sociais	1.000,00
1210.29.00	Contribuições Previdenciárias	1.000,00
1210.29.09	Contribuição do Servidor Inativo Civil	1.000,00
1220.00.00	Contribuições Econômicas	10.000,00
1220.22.32	Petróleo ou Gás – Em Plataforma	10.000,00
1300.00.00	Receita Patrimonial	11.000,00
1310.00.00	Receitas Imobiliárias	1.000,00
1311.00.00	Aluguéis	1.000,00
1311.02.00	Aluguéis de Centros Esportivos	1.000,00
1320.00.00	Receitas de Valores Mobiliários	10.000,00

1325.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	10.000,00
1325.01.00	Remuneração de Depósitos Bancários Vinculados	4.000,00
1325.01.02	Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados do FUNDEF	3.000,00
1325.01.99	Receita de Remuneração de Outros Depósitos Bancários de Recursos Vinculados	1.000,00
1325.02.00	Remuneração de Depósitos Bancários não Vinculados	6.000,00
1325.02.99	Remuneração de Outros Depósitos de Recursos não Vinculados	6.000,00
1400.00.00	Receita Agropecuária	10.000,00
1490.00.00	Outras Receitas Agropecuárias	10.000,00
1600.00.00	Receita de Serviços	12.000,00
1600.03.00	Serviços de Transporte	1.000,00
1600.03.01	Serviços de Transporte Rodoviário	1.000,00
1600.13.00	Serviços Administrativos	1.000,00
1600.45.00	Serviços de Preparação de Terra em Propriedades Particulares	10.000,00
1700.00.00	Transferências Correntes	2.511.850,00
1720.00.00	Transferências Intergovernamentais	2.500.850,00
1721.00.00	Transferências da União	1.840.000,00
9721.01.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEF - Transf. União	-270.750,00
1721.01.00	Participação na Receita da União	1.516.000,00
1721.01.02	Cota-Parte do F.P.M.	1.780.000,00
9721.01.02	Dedução de Receita para Formação do FUNDEF - FPM	-267.000,00
1721.01.05	Cota-Parte do I.T.R.	3.000,00
1721.09.00	Outras Transferências da União	21.250,00
1721.09.01	Transferência Financeira - L.C. nº 87/96	25.000,00
9721.09.01	Dedução para Formação do FUNDEF - LC Nº 87/96	-3.750,00
1721.35.00	Transf. de Recursos do FNDE	32.000,00
1721.35.01	Programa Dinheiro Direto na Escola	2.000,00
1721.35.02	Merenda Escolar – PNAE	30.000,00
1722.00.00	Transferências dos Estados	660.850,00
1722.01.00	Participação na Receita dos Estados	660.850,00
9722.01.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEF - Trans. Estados	-102.150,00
1722.01.01	Cota-Parte do ICMS	650.000,00
9722.01.01	Dedução de Receita para Formação do FUNDEF - ICMS	-97.500,00
1722.01.02	Cota-Parte do IPVA	50.000,00
1722.01.04	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	31.000,00
9722.01.04	Dedução de Receita para Formação do FUNDEF - IPI Exportação	-4.650,00
1722.01.30	Cota-Parte da Contribuição do Salário-Educação	32.000,00
1724.00.00	Transferências Multigovernamentais	266.000,00
1724.01.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	266.000,00
1750.00.00	Transferências de Pessoas - FIA	1.000,00
1760.00.00	Transferências de Convênios	10.000,00
1762.00.00	Transferência de Convênios dos Estados e suas Entidades	10.000,00
1762.02.00	Convênio SSP/Trânsito	10.000,00

1900.00.00	Outras Receitas Correntes	27.000,00
1910.00.00	Multas e Juros de Mora	4.000,00
1911.00.00	Multas e Juros de Mora dos Tributos	4.000,00
1911.38.00	Multas e juros de mora do IPTU	1.000,00
1911.40.00	Multas e juros de mora do ISS	1.000,00
1911.99.00	Multas e juros de mora de outros Tributos	2.000,00
1913.00.00	Multas e Juros de Mora da Divida Ativa dos Tributos	6.000,00
1913.11.00	Multas e juros de mora da Divida Ativa do IPTU	3.000,00
1913.13.00	Multas e juros de mora da Divida Ativa do ISS	1.000,00
1913.99.00	Multas e juros de mora da Divida Ativa de outros Tributos	2.000,00
1930.00.00	Receita da Dívida Ativa	7.000,00
1931.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	6.000,00
1931.11.00	Receita da Dívida Ativa do IPTU	5.000,00
1931.13.00	Receita da Dívida Ativa do ISS	1.000,00
1932.00.00	Receita da Dívida Ativa não Tributária	2.000,00
1932.99.00	Receita da Dívida Ativa não Tributária de Outras Receitas	2.000,00
1990.00.00	Receitas Diversas	10.000,00
1990.99.00	Outras Receitas	10.000,00
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	1.094.000,00
2100.00.00	Operações de Crédito	100.000,00
2110.00.00	Operações de Crédito Internas	100.000,00
2119.00.00	Outras Operações de Crédito Internas	100.000,00
2200.00.00	Alienação de Bens	30.000,00
2217.00.00	Alienação de Bens Móveis Adquiridos com Recursos não Vinculados	30.000,00
2400.00.00	Transferências de Capital	964.000,00
2470.00.00	Transferências de Convênios	126.000,00
2471.00.00	Transferência de Convênios da União e suas Entidades	126.000,00
2471.01.00	Convênio Ministério da Agricultura/PRONAF	126.000,00
2472.00.00	Transferência de Convênios dos Estado e suas Entidades	838.000,00
2472.01.00	Convênio DETER	58.000,00
2472.02.00	Convênio Secretaria de Estado da Saúde	50.000,00
2472.03.00	Convênio Secretaria de Estado da Educação	280.000,00
2472.04.00	Convênio Secretaria de Estado dos Transportes e Obras	100.000,00
2472.05.00	Convênio Secretaria de Estado da Fazenda	200.000,00
2472.06.00	Convênio Secretaria de Estado da Agricultura	50.000,00
	SOMA	3.821.350,00

UNIDADE GESTORA : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA – ANGEPREV

R\$1,00

RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS - ANEXO 2 DA LEI 4.320/64		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	171.600,00
1200.00.00	Receita de Contribuições	171.600,00
1210.00.00	Contribuições Sociais	171.600,00
1210.29.00	Contribuições Previdenciárias	171.600,00
1210.29.01	Contribuições Patronais - Ativo Civil	110.000,00
1210.29.03	Contribuição Patronal - Inativo Civil	1.300,00
1210.29.05	Contribuição Patronal - Pensionista Civil	
1210.29.07	Contribuição do Servidor Ativo Civil	60.000,00
1210.29.09	Contribuição do Servidor Inativo Civil	300,00
1210.29.11	Contribuição do Servidor Pensionista Civil	
1300.00.00	Receita Patrimonial	45.000,00
1320.00.00	Receitas de Valores Mobiliários	45.000,00
1325.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	45.000,00
1325.01.00	Remuneração de Depósitos Bancários Vinculados	45.000,00
1325.01.04	Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – RPPS	45.000,00
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	250.000,00
2500.00.00	Outras Receita de Capital	250.000,00
2590.00.00	Outras Receitas	250.000,00
2591.00.00	Superávit Financeiro Acumulado	250.000,00
	SOMA	421.600,00

UNIDADE GESTORA : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

R\$1,00

RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS - ANEXO 2 DA LEI 4.320/64

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	518.500,00
1100.00.00	Receita Tributária	2.500,00
1110.00.00	Impostos	2.500,00
1112.00.00	Imposto sobre o Patrimônio e a Renda	2.000,00
1112.04.00	Imposto s/a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	2.000,00
1112.04.31	IRRF sobre os Rendimentos do Trabalho	1.000,00
1112.04.34	IRRF sobre Outros Rendimentos	1.000,00
1113.05.00	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	500,00
1300.00.00	Receita Patrimonial	2.000,00
1325.01.00	Remuneração de Depósitos Bancários Vinculados	2.000,00
1325.01.03	Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados do Fundo Municipal de Saúde.	2.000,00
1700.00.00	Transferências Correntes	514.000,00
1720.00.00	Transferências Intergovernamentais	514.000,00
1721.00.00	Transferências da União	224.000,00
1721.33.00	Transf. de Recursos do Sist. Único de Saúde - SUS - FMS	224.000,00
1721.33.01	Transferências PAB	60.000,00
1721.33.02	Transferências PSF	108.000,00
1721.33.03	Transferências PACS	36.000,00
1721.33.04	Transferências Farmácia Básica	5.000,00
1721.33.05	Transferências C. Nutrição	4.000,00
1721.33.06	Transferências Vigilância Sanitária	3.000,00
1721.33.07	Transferências PPI-ECD	8.000,00
1723.00.00	Transferências dos Municípios	290.000,00
1723.01.99	Outras Transferências dos Municípios	290.000,00
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	95.000,00
2200.00.00	Alienação de Bens	10.000,00
2210.00.00	Alienação de Bens Móveis	10.000,00
2216.02.00	Alienação de Bens Móveis Adquiridos com Recursos do Fundo Municipal de Saúde	10.000,00
2400.00.00	Transferências de Capital	85.000,00
2470.00.00	Transferências de Convênios	85.000,00
2473.00.00	Transferência de Convênios dos Municípios e suas Entidades	85.000,00
	SOMA	613.500,00

UNIDADE GESTORA : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

R\$1,00

RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS - ANEXO 2 DA LEI 4.320/64		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO

1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	42.000,00
1700.00.00	Transferências Correntes	42.000,00
1720.00.00	Transferências Intergovernamentais	42.000,00
1721.34.00	Transf. de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social-FNAS	42.000,00
	SOMA	42.000,00

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO EMPREGADA

1. O estudo para estimativa das receitas levou em consideração as variáveis capazes de afetar cada uma das fontes de recursos, como índice de inflação, crescimento econômico, crescimento populacional, alteração da legislação tributária, recadastramento imobiliário, intensificação da fiscalização, incentivos fiscais, aperfeiçoamento da máquina arrecadadora, etc.
2. Para projeção das receitas tributárias, por exemplo, levou-se em consideração: o crescimento nominal médio anual de 10% nos últimos cinco exercícios dessa fonte de recursos; a planta de valores será corrigida pela variação do INPC a exemplo do ocorrido nos últimos anos; a legislação tributária não sofrerá alterações; os incentivos fiscais não serão modificados; O trabalho de fiscalização é considerado satisfatório.
3. Exemplo de memória e metodologia de cálculo para estimativa das Receitas Tributárias.

ARRECADAÇÃO	VARIAÇÃO
1997 – R\$ 107.400	-
1998 – R\$ 98.700	-8%
1999 – R\$ 102.900	4%
2000 – R\$ 117.200	14%
2001 – R\$ 124.000	10%
VARIAÇÃO MÉDIA	4%

- ARRECADAÇÃO 2001 – R\$ 124.000
- CRESCIMENTO 5% - R\$ 6.000
- PROJEÇÃO 2002 - R\$ 130.000
- CRESCIMENTO 11% - R\$ 14.500
- PREVISÃO 2003 - R\$ 144.500

Anexo I.2.2

META FISCAL DE DESPESA – LDO PARA 2003

Art. 4º, § 2º, II da LRF

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	2003
--------	---------------	------

	UNIDADE GESTORA PREFEITURA	
001	PROCESSO LEGISLATIVO	197.712
002	GESTÃO ADMINISTR. SUPERIOR	140.000
003	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	260.000
004	TODA CRIANÇA NA ESCOLA	936.000
005	ESPORTE É VIDA	120.000
006	MAIS SAÚDE	575.000
007	SANEAMENTO BÁSICO	70.000
008	CAPTAÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL	10.000
009	ASSISTÊNCIA SOCIAL	54.800
010	RETRANSMISSÃO DE SINAIS DE TV	10.000
011	MORAR MELHOR	30.000
012	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	190.000
013	ESTRADAS VICINAIS	785.000
014	URBANIZAÇÃO DE VIAS	150.000
015	TERMINAL RODOVIÁRIO	67.000
016	PEQUENO PRODUTOR ASSISTIDO	497.500
017	ANGELINA TURISMO	20.000
018	FORTALEC. DO MUNICIPALISMO	30.000
000	ENCARGOS ESPECIAIS	194.000
999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	139.838
	SOMA	4.476.850
	UNIDADE GESTORA ANGEPREV	
019	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	28.000
999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	393.600
	SOMA	421.600
	TOTAL	4.898.450

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO

O estudo para definição das prioridades e metas para 2003 levou em consideração os seguintes aspectos:

1. Os objetivos e metas estabelecidos no Plano Plurianual;
2. O volume de recursos previstos para 2003;
3. Os custos de operação e manutenção dos serviços já criados;
4. A geração de despesas oriundas da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental;
5. O crescimento nominal dos gastos com ações continuadas nos últimos três exercícios;
6. A inflação projetada para 2003, medida pela variação do INPC, estimada em 5,5%;

7. O custo unitário das diversas obras priorizadas para 2003, conforme memorial descritivo, orçamento ou revistas especializadas.

Anexo I.2.3

META FISCAL - RESULTADO PRIMÁRIO – LDO PARA 2003

Art. 4º, § 2º, II da LRF

R\$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO	2003
1. RECEITA TOTAL	4.898.450
(-) Rendimentos de Aplicações	57.000
(-) Operações de Crédito	100.000
(-) Amortização de Empréstimos	-
(-) Receitas de Privatizações	-
(-) Anulação de Restos a Pagar	-
RECEITA LÍQUIDA I	4.741.450
2. DESPESA TOTAL	4.898.450
(-) Encargos da Dívida	20.000
(-) Aquis. de Tít. Cap. já integralizado	-
(-) Concessão de Empréstimos	-
(-) Amortização de Dívida	40.000
(-) Reserva para Superávit	350.000
DESPESA LÍQUIDA II	4.488.450
3. RESULTADO PRIMÁRIO I – II	253.000

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO

1. Os dados de receita e despesa foram extraídos das metas fiscais de receitas e despesas;
2. O cálculo da Meta de Resultado Primário obedece metodologia estabelecida pelo Governo Federal e orientada pela STN através da Portaria nº 560/2001.

Anexo I.2.4

META FISCAL - RESULTADO NOMINAL – LDO PARA 2003

Art. 4º, § 2º, II da LRF

R\$ 1,00		
ESPECIFICAÇÃO	2002	2003
SALDO DA DÍVIDA CONSOLIDADA	263.000	335.000
(-) DISPONIBILIDADE DE CAIXA	292.000	300.000
(-) APLICAÇÕES FINANCEIRAS	497.000	630.000
(-) DEMAIS ATIVOS FINANCEIROS	16.000	16.000
(=) SALDO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	(-) 542.000	(-) 611.000
(+) Receita de Privatizações	-	-
(-) Passivos Reconhecidos		
(=) SALDO DA DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA(SDFL)	(-) 542.000	(-) 611.000
RESULTADO NOMINAL (RN)		(-)69.000

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO

1. Os dados sobre Saldo da Dívida Consolidada foram projetados considerando o estoque da Dívida, os financiamentos e amortizações programadas;
2. A Disponibilidade de Caixa para o final de 2002 foi projetada com base no comportamento da execução orçamentária verificado até o momento, e para 2003, foi considerado o Superávit Orçamentário, expresso na conta Reserva de Contingência;
3. O cálculo da Meta de Resultado Nominal obedece a metodologia estabelecida pelo Governo Federal e orientada pela STN através da Portaria nº 560/2001.

$RN\ DE\ 2003 = SDFL\ DE\ 2003 - SDFL\ DE\ 2002 = (-) 611.000 - (-)542.000 = (-) 69.000$

Anexo I.2.5

META FISCAL - MONTANTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA – LDO PARA 2003

Art. 4º, § 2º, II da LRF

R\$ 1,00		
ESPECIFICAÇÃO	2003	LIMITE 50% RCL
1. INSS	242.900	
2. BADESC	72.000	
3. FGTS	2.900	
4. PASEP	17.200	

TOTAIS	335.000	1.091.425
---------------	----------------	------------------

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO

As metas fiscais – montante da dívida consolidada para os exercícios de 2003, levou em consideração o limite de endividamento estabelecido na LDO, o estoque da dívida projetado para o final do exercício de 2002, os novos financiamentos e amortizações programadas para 2003.

Anexo I.3

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Art. 4º, § 2º, III da LRF								
							R\$ 1.000,00	
ENTIDADE					1999	2000	%	2001
ES								%
PREFEITURA					339	389	14,7	856
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA						81		257
TOTAIS					339	470	14,7	1.113
DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS - Art. 4, p 2,III da LRF								
ORIGEM						1999	2000	2001
Saldo do Exercício Anterior								
Alienação de Veículos Inservíveis								50
Alienação de Imóveis Inservíveis								
APLICAÇÃO								
Aquisição de Micro-Ônibus								
Aquisição de Veículo para Saúde								49
Saldo para o Exercício Seguinte								1

Anexo I.4

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPP - Art. 4º, § 2º, IV da LRF						
ESPECIFICAÇÃO				1999	2000	%
Receita					84	
Despesa					2	
Disponibilidade Financeira					82	
Percentual de Contribuição					23,35%	
						2001
						%
						184
						119,0
						8
						400,0
						257
						213,4
						27,65%
						25,50

Anexo I.5

DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA							
E DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS							
DE CARÁTER CONTINUADO - Art. 4º, § 2º, V da LRF							
EVENTOS				ESTIMATIVA			
				2002	EXPANSÃO	2003	EXPANSÃO
1. Renúncia de Receita				16	21,39%	14,5	9,37%
2. Despesas Obrigatórias Caráter Continuado				2.109	16,93%	2.319	9,96%
3. RCL				2.462	10,00%	3.259	32,37%
4. Impacto Renúncia Receita na RCL (1 / 3)				0,50%	2,14%	0,59%	zero
5. Impacto das DOCC (2 / 3)				50,00%	6,74%	49,95%	-0,08%
6. Compensação para Renúncia de Receita (*)							
7. Compensação para DOCC						266	
(*) Já impactada no Orçamento da Receita. Art. 14, I da LRF							

ANEXO III

RISCOS FISCAIS

LRF, ART. 4º, § 3º.

R\$

1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS EVENTOS	2003
---------------------------	-------------

UNIDADE GESTORA PREFEITURA	
01. Passivos Contingentes	
1.1. Reclamações Trabalhistas	12.500
1.2. Ações Indenizatórias	7.000
02. Outros Riscos Fiscais	
2.1. Intempéries	42.000
2.2. Frustração na Cobrança da Dívida Ativa	16.800
2.3. Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor	61.538
SOMA	139.838
UNIDADE GESTORA ANGEPREV	
1. Passivos Contingentes	
1.1. Reclamações de Proventos	25.000
2. Outros Riscos Fiscais	
2.1. Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor	18.000
SOMA	43.000
TOTAIS	182.838

ANEXO IV

DEMONSTRATIVO DA PRIORIZAÇÃO DE RECURSOS PARA OBRAS EM ANDAMENTO E CUSTOS PROGRAMADOS P/ CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Art. 45 da LRF

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO	CUSTO
OBRAS EM ANDAMENTO	
1. Conclusão da Ampliação do Posto de Saúde da Sede	30.000
2. Conclusão da 2ª etapa da Escola Núcleo de Rio Novo	70.000
3. Conclusão da Agroindústria de Laticínios de Barra Clara	80.000
<u>CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO</u>	
1. Reforma da Cobertura do Ginásio de Esportes	30.000
2. Reforma do Prédio da Prefeitura	15.000
3. Reforma dos Postos de Saúde	15.000
TOTAL	240.000